

RESOLUÇÃO Nº 18/2013 - REVOGADA

(Publicada no Diário Oficial de 09/08/2013)

(Republicada no Diário Oficial de 25/10/2013)

Revogada pela Resolução nº 160/24.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à FOTON MOTORS DO BRASIL LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM nº 1100120007252,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à FOTON MOTORS DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 13.161.074/0003-13 e IE nº 018.570.748NO, instalada no município de Camaçari, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97 e da Resolução nº 188/2013, do Conselho Deliberativo do FUNDESE, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 98% (noventa e oito por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações saídas de veículos, do 1º ao 6º ano e de 90% (noventa por cento) do 7º ao 15º ano, com prazo contado a partir de 1º de maio de 2013.

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes e,

c) pelo recebimento do exterior de veículos automotores, seus componentes, partes e peças, destinados à montagem ou revenda, para o momento em que ocorrer a saída do estabelecimento importador.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de publicação da Resolução nº 188/2013, do FUNDESE.

Nota: A redação atual do art. 3º foi dada pela Republicação desta Resolução, DOE de 25/10/13, para fins de apuração do benefício, seus efeitos serão retroativos a 21/02/13.

Redação originária, efeitos até 24/10/13:

"Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de publicação da Resolução nº 181/2012, do FUNDESE."

Sala de Sessões, 14 de maio de 2013.

JAMES SILVA SANTOS CORREIA
Presidente